16243054 08001.002370/2021-16

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI) - 2021

Data: 27/10/2021	Hora de início: 10h00
Local: Plataforma Microsoft Teams	Hora do término: 10h55

UNIDADES PARTICIPANTES

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI
Ouvidoria-Geral
Corregedoria-Geral
Subsecretaria de Administração - SAA
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC
Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN
Secretaria de Operações Integradas - SEOPI
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Polícia Federal - PF
Polícia Rodoviária Federal - PRF

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 10 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os servidores das Unidades acima relacionadas para discussão sobre a seguinte pauta: atualização das medidas de tratamento aos riscos no Plano de Integridade - 1° semestre de 2021; resultado da avaliação do Programa de Integridade do MJSP pela CGU; resultado da avaliação do Índice de Governança e Gestão - IGG - pelo TCU; resultado da avaliação e-Prevenção; e campanhas de divulgação do Programa de Integridade e do Boletim Informativo. O Sr. Claudio Antônio de Almeida Py, chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e Coordenador da CEPI, procedeu à abertura da reunião e, em seguida, discorreu sobre os pontos da pauta.

O Sr. Claudio Py informou que as atualizações do primeiro semestre de 2021 já foram inseridas no Plano de Integridade e que a próxima atualização ocorrerá no final de dezembro. Reforçou sobre a importância das unidades no dever acompanhar/controlar o andamento da implementação de suas medidas de tratamento e informar à AECI no final de cada semestre. Em seguida informou sobre o resultado do acompanhamento da implementação das medidas de tratamento no primeiro semestre de 2021 e liberou a palavra aos membros, mas não houve manifestação.

Após isso, passou a tratar sobre o resultado da avaliação do Programa de Integridade pela CGU que ocorreu por meio de questionário que foi respondido por 1.342 servidores. Então o Coordenador da reunião apresentou as respostas a cada quesito das onze perguntas do questionário. Ressaltou que, embora em algumas questões, o envolvimento dos servidores tenha se mostrado alto, no geral, é necessário que, para os assuntos abordados na avaliação, sejam realizadas mais ações sobre as temáticas a fim de que isso se torne rotina e fortaleça a cultura do Órgão. Mais uma vez liberou a palavra aos membros, mas não houve manifestação.

Em seguida, informou sobre o resultado da avaliação do MJSP quanto ao Índice de Governança e Gestão - IGG - realizada pela TCU. Explicou que o IGG trata do acompanhamento dos índices de governança e gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal realizado em 2021, dando continuidade ao primeiro levantamento do perfil integrado de governança organizacional e gestão pública realizado e 2017. Ressaltou o empenho de todos do MJSP envolvidos neste trabalho, o que fez com que o Ministério ficasse na classificação 11, em relação a todos os órgão e entidades da administração pública federal; e em 1° lugar na classificação referente aos órgãos da administração pública federal direta, na temática Ministério. Apresentou, também, o resultado de uma outra avaliação do Ministério pelo TCU no Sistema e-Prevenção. Neste caso, o MJSP também alcançou uma ótima avaliação, o que ficou "muito alto" e "aprimorado" quanto ao poder de compra ou regulação e grau de aderência às boas práticas respectivamente.

Por fim, o Sr. Py expôs sobre a campanha da CGU "#INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS" que consiste em materiais produzidos pela CGU para divulgação de todos os órgãos sobre temas afetos à integridade pública. Informou que a ASCOM/MJSP está realizando a divulgação por intermédio de e-mail marketing. Os temas já abordados foram: assédio moral e sexual, conflito de interesses, integridade no serviço público, proteção ao denunciante, responsabilização de agentes públicos e pessoas jurídicas, e valores do serviço público federal. Finalizou apresentando o conteúdo do Boletim Informativo das ações de integridade, pediu para os membros se manifestarem se estavam ou não de acordo.

Assim, após a manifestação favorável dos participantes à divulgação do conteúdo e não havendo mais nenhuma informação a acrescentar, o Coordenador da CEPI finalizou a reunião, da qual, para constar, eu, Arístia Lisboa, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente por todos os presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py**, **Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 28/10/2021, às 09:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ARISTIA JOSE LISBOA**, **Coordenador(a) de Controle, Transparência e Integridade - Substituto(a)**, em 28/10/2021, às 09:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Cristina Luisa Hedler**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 28/10/2021, às 10:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Célia Bernardes Vilarinho**, **Coordenador(a) de Apoio Técnico e Estratégico**, em 28/10/2021, às 10:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 28/10/2021, às 14:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **GETULIO MENEZES BENTO**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 28/10/2021, às 16:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA**, **Subsecretário(a) de Administração**, em 28/10/2021, às 17:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **PAULA ARAÚJO CORRÊA**, **Corregedor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 28/10/2021, às 19:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 28/10/2021, às 21:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL**, **Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 08/11/2021, às 09:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO**, **Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 08/11/2021, às 13:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI**, **Assistente Técnico(a)**, em 09/11/2021, às 10:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **16243054** e o código CRC **2A718161**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08001.002370/2021-16 SEI nº 16243054